

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: IDENTIDADE SOCIAL E A DIALÉTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO

Paulo Thiago de Araújo¹
Marcelo Góes Tavares²

Psicologia



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar, com o auxílio da Psicologia Social e outros saberes afins, a produção social e afirmação de identidades para a População em situação de rua. Nesta análise, partimos do pressuposto de que as identidades e representações para esta população são marcadas por uma relação dialética de inclusão/exclusão, elaborando o lugar social de sujeitos desapropriados de direitos e condições dignas de vida. Este artigo foi produzido com base em pesquisa documental e bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE

Psicologia Social. Identidade. Dialética Exclusão/Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze, with the help of social psychology and other related knowledge, social production and affirmation of identities Population in the streets. In this analysis, we assume that identities and representations for this population are marked by a dialectical relationship of inclusion / exclusion, developing the social place of expropriated subjects of rights and decent living conditions. This article was produced based on documentary and bibliographic research.

KEYWORDS

Social Psychology. Identity. Exclusion/Inclusion Dialectic.

1 APRESENTAÇÃO

É chamado morador de rua, todo indivíduo que, sem lugar destinado à moradia, pernoitam em logradouros, prédios abandonados e albergues. Considerando “lugar não destinado à moradia” poderíamos incluir, também, aqueles que residem em locais de grande precariedade e nestas condições encontramos grande parte da nossa população.

Mesmo que estes aspectos gerais sejam de grande importância, no presente artigo focamos na população que realmente é desprovida de qualquer tipo de residência, mas que é parte integrante de nossa sociedade e que em dado momento de sua história, ou toda ela, para aqueles que nascem e terminam seus dias nas ruas, se encontram em uma situação diferente do resto da população, a estes preferimos chamar de População em Situação de Rua.

Neste trabalho utilizamos os recursos da psicologia social e outro saberes. Realizamos uma revisão bibliográfica em artigos, monografias e livros dando uma atenção especial àqueles que traziam relatos, narrativas da própria população em situação de rua, para com estes recursos nortear nossa reflexão sobre esta temática que, mesmo sendo transversais (Identidade/inclusão/exclusão), são dinâmicas e complexas por sua subjetividade.

Diante desta realidade, esta problemática foi escolhida para mostrar um pouco de quem é a População em Situação de Rua, como vive, como se vê e principalmente compreender um pouco de suas vidas e como a sociedade a enxerga. O senso comum diz que o indivíduo não possui o modelo familiar e não existem chances para um trabalho regulamentado socialmente, levando a desenvolver uma identidade negativa, sendo alvo de repulsa e agressão tanto pela sociedade como pelas instituições, identidade cada vez mais pressuposta, atribuída.

Nosso objetivo foi de despertar um olhar crítico para a População em situação de rua, para a construção de sua identidade, tantas vezes pressuposta, e a relação desta com a dialética da Inclusão/Exclusão e sobre tudo contribuir para uma formação acadêmica, e um “fazer” Psicologia, com um olhar e uma atuação mais crítica e mais sensível para as questões sociais, e de forma mais significativa, aos grupos ou indivíduos menos favorecido, marginalizados, empobrecidos.

A População em Situação de Rua é tão cidadã quanto o resto da população, é tão humana quanto o resto da humanidade.

2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Vivíamos sendo marginalizados, chamados de vagabundos, ladrões, ninguém, levava em conta o nosso trabalho. Éramos perseguidos pela prefeitura e pela polícia [...] trabalhamos no sol e na chuva, sem férias e nem descanso, a nossa casa era a rua, e nosso teto o carrinho. (José Carlos, Catador. (OLIVEIRA, 2008, p. ?)

O relato acima é de José Carlos, sujeito em situação rua, é paradoxal, no sentido que mobiliza diversos sentimentos em relação à sua condição social e humana. Afirma que a ele é atribuída uma identidade de vagabundo e ladrão, ou até mesmo a ausência de um pertencimento na nossa coesão social quando a ele também é designado à imagem de um “ninguém”.

Porém, José Carlos é um trabalhador. Exerce a atividade de catador para assegurar sua sobrevivência, por mais precária que seja. Trabalha ao sol e chuva, desprovido de direitos sociais, seja no âmbito do trabalho ou até mesmo direitos que lhe garantam uma condição mais digna de vida. Sua casa é rua, seu teto, o carrinho que usa para transportar seus pertences e material catado nas ruas por onde anda, e vive...

Esse relato é paradoxal. A esses sujeitos, são atribuídas identidades preconceituosas, que sustentam a marginalização que vivem em nossa sociedade. Traz a tona as múltiplas identidades construídas e atribuídas a sujeitos, que como José Carlos, vivem nas e das ruas.

É considerada População em Situação de Rua, o conjunto de indivíduos que, sem lugar destinado à moradia, pernoitam em logradouros, prédios abandonados e albergues. Considerando “lugar não destinado à moradia” poderíamos incluir também aqueles que residem em locais de grande precariedade (MENDONÇA, 2006) e nestas condições encontramos expressiva parcela de nossa população.

No presente trabalho pretendemos destacar a população que realmente é desprovida de qualquer tipo de residência. Expressiva parcela dessa população nasce e termina seus dias nas ruas. A estes é designado de População em Situação de Rua. Essa parte da população tem sofrido um intenso processo de invisibilidade social, o que colabora diretamente com a dialética da exclusão/inclusão, visto que a “invisibilidade condena os ‘cidadãos sem cidadania’, preservando a sua existência” (GOES, 2008, p. 179).

Trata-se de uma complexa relação dialética de exclusão/inclusão, na qual há uma construção identitária que determina para esses sujeitos, um processo de *invisibilização*.

[...] invisíveis socialmente diante da maior parte da população, estigmatizadas até por aqueles que possuem no discurso a intenção de resgatar a dignidade e o direito a cidadania ou de criarem a possibilidade de reinseri-los na sociedade. (OLIVEIRA, 2008, p. 11).

Podemos perceber essa invisibilidade ao suscitar as experiências vivenciadas por essa população. Melo e Bloemer (2008) trazem em seu trabalho a fala de um morador em situação de rua, evidenciando o olhar próprio desses sujeitos em relação à sua situação social:

Eu nasci aqui! Isto é muito humilhante. Conheço todo mundo aqui, as pessoas passam, você tá na rua, elas te vêem e passam, olham para o outro lado e cospem, te humilham o tempo todo. É muita humilhação essa vida. (...) É muita humilhação que o cara passa. Você vai pedir um pão, o cara te humilha, te chama de vagabundo, te xinga, manda você ir trabalhar (F)”. (MELO e BLOEMER, 2008, p. 150).

Podemos ver no relato de F seu processo de invisibilização “olham para o outro lado” num esforço de mantê-los longe, ao menos da vista. A fala de F é carregada de subjetividade, de sentimentos que expressam uma moralidade excludente por parte daqueles que querem mantê-los a distancia. Moralidade esta desumana, que promove um processo de invisibilização o qual F percebe como um fator humilhante. É um sentimento expressivo, repetido e enfatizado em seu relato por quatro vezes, como quem angustiadamente pede socorro diante marginalização e construção de uma identidade que lhe é imposta, a de VAGABUNDO.

Invisibilidade e identidade que lhes são impostas, que é prontamente naturalizada simbolicamente na sociedade.

Assim, os conteúdos simbólicos emergentes nas relações sociais construídas pelo indivíduo com seus interlocutores tornam-se referências que passam a ser apropriadas intrapsiquicamente. Isto não quer dizer que o indivíduo aceite de bom grado tais tipificações, mas que as têm como conteúdos subjetivos em torno dos quais ele dá sentido às suas vivências e constrói sua identidade. (MATTOS, 2004, p. 52).

Com esta invisibilidade o incomodo, que a miséria, pode causar aos mais abastados é abrandado a um nível suportável, em contra partida o “invisível”, como sua presença pouco percebida, é menos incomodado, por isso procura um lugar discreto e também uma postura discreta, afirma Grilo (2008).

O Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (2012) descreve este grupo. Os números, que achamos relevantes para nossa pesquisa, que este censo trouxe são estes:

- Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas;
- Homens são 82%;
- Mais da metade dessa população (53%) situava-se na faixa etária compreendida entre 25 e 44 anos e, se considerada a faixa entre 25 e 54 anos;
- Nas extremidades da distribuição etária, as proporções encontradas foram relativamente menores, 16,2% na faixa de 18 a 24 anos e 13,3% na faixa de mais de 55 anos.

A maior parte dessa população não é assistida por programas do governo: 88,5% não recebem qualquer benefício. Entre os que declararam receber algum benefício destacam: aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%)³.

Tem sido notório um crescimento geral da população em situação de rua, sobretudo nos grandes centros urbanos (GHIRARDI, 2005; COSTA, 2008; PEREIRA, 2008). É certo que o crescimento tem sido um tanto maior no grupo de crianças e a causa mais comum é a desestrutura familiar, tese esta que corrobora com Esmeraldo Filho (2006) quando afirma que a ausência de apoio e estrutura familiar é um denominador comum entre os moradores de rua.

3. Dados do PRIMEIRO CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2007/2008.

Pereira (2008), também, aponta que um importante fator que impulsiona o crescimento dessa parte da população é o incremento da globalização e o avanço tecnológico, proporcionando consequências negativas para as políticas sociais, reafirmando situações de desigualdades e processos excludentes, seja no tocante a condições dignas de vida ou mesmo direitos sociais, políticos e humanos. Tal situação ocorre em detrimento de interesses individualistas, econômicos, da própria lógica do desenvolvimento capitalista cuja marca é uma sociedade de classes, de desigualdades.

Isso nos faz perceber como nosso modelo social é um agente causador de exclusão, uma sociedade de mercado, onde o eu prevalece em relação a nós, onde as relações são guiadas por paradigmas materialistas, onde o acúmulo de bens é a meta mais importante. Ou ainda, a exclusão desses sujeitos é a forma como eles são produzidos e incluídos socialmente em nossa sociedade. É uma produção paradoxal do lugar desses sujeitos, definindo assim uma forma peculiar de coesão social na sociedade capitalista.

3 A PRODUÇÃO SOCIAL DE IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Elas tinham medo de chegar e se aproximar. Eu acho que esse é o maior erro do povo brasileiro... ter esse medo. Então eu acho que deveriam de ser cortadas essas barreiras... Elas ficam com medo, como se a pessoa... você dar um choque se ela for falar com ela. Porque ninguém mata, eu posso conversar com determinada pessoa sem pegar um doença e nem nada... Jorge, morador de rua. (MATTOS, 2003 APUD MATTOS, 2004).

A fala do Jorge revela que tipo de representações são construídas com relação à população em situação de rua, o medo por preconceito reforça o distanciamento, não conhecer é também marginalizar, é colocar para fora. E segundo Jorge estas barreiras devem ser cortadas. Quando ele coloca que é o "maior erro do povo brasileiro" ele aponta para um evento que é coletivo, ele revela, talvez sem perceber, que a marginalização não é algo pessoal somente, mas está presente na dinâmica de uma sociedade que tem o marginal como parte de sua constituição, que esta sociedade exclui para incluir.

Percebemos que há um processo de produção social de identidades, capaz de diferenciar as posições, lugares e situações de cada grupo nessa sociedade, sejam do ponto de vista cultural ou mesmo situação social, suscitando, também, múltiplos sentimentos de pertencimento e lugar no mundo. "Identidade é a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências" (BOCK, 2001, p. 190). Vivências e sentimentos que refletem um processo de desumanização, "[...] o morador em situação de rua é

desfilado, estigmatizado, sofre um processo de desumanização (KANO, 2008)", produzindo, estigmas sociais.

Silva (2000) descreve a identidade não somente por aquilo é "sou", como algo autossuficiente, mas, sobretudo pelo que "não somos". Em seu trabalho *A produção da identidade e da diferença*, ele aponta que a identidade e a diferença estão estreitamente associadas, dependente uma da outra.

Para afirmar uma identidade é necessário classificar outra diferente. Se ELES SÃO mendigos EU NÃO SOU, se ELES SÃO marginais eu NÃO SOU, é uma diferenciação que exclui incluindo, pois para que fique claro que eu não sou um preguiçoso é indispensável que exista quem seja.

Assim é possível afirmar:

[...] que é a diferença que vem em primeiro lugar: Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora como ato ou processo de diferenciação. (SILVA, 2000, p. 76).

Neste sentido, podemos ver também uma dialética, a da identidade/diferença como origem de um processo que inquestionavelmente irá desencadear o processo de inclusão/exclusão, que forçosamente classifica diferenciando para excluir, mas permitindo a pertença. Também é uma produção marcada por relações de poder, sobretudo categorizando sujeitos e grupos, demarcando fronteiras (nós e eles), classificando e normatizando (nós somos normais, eles não são normais), estabelecendo, também, processos de inclusão/exclusão.

Silva (2000) considera indispensável, nessa relação (identidade/diferença), refletir sobre as representações. A representação é um sistema de significados que faz com que a identidade e a diferença adquirem sentidos, "é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: 'essa é a identidade, 'a identidade é isto'" (SILVA, 2000, p. 91).

Matos e Ferreira (2004) analisam essas múltiplas representações e estigmas sobre a população em situação de rua. Ao questionar como essa população se autopercebe, evidenciam estigmas que afirmam uma condição de marginalização. Nas declarações da própria população em situação de rua, trazem o preconceito e a imagem de uma população "vagabunda", representação esta, segundo eles, atribuída pelos outros que não se encontram em sua situação de marginalização social. Este estigma

está diretamente relacionado com a forma de produção que nossa sociedade esta habituada, onde o trabalho é visto como mercadoria e sobrevivência, pressupondo ser formalizado com o registro na carteira de trabalho.

Quando acontece de

[...] o indivíduo não-trabalhador ser encerrado pela ideologia dominante numa situação periférica, e estigmatizado como ser desviante, degenerado e residual. Ele se vê e sente como elemento segregado, portador de uma identidade atrofiada [...]. (STOFFELS, 1977 APUD MATTOS, 2004, p. 157).

Trata-se de uma sociedade capitalista, interessando o corpo produtivo, o trabalho como atividade produtiva que supre a sobrevivência e ao mesmo tempo a satisfação das múltiplas necessidades, sejam individuais ou sociais. Nesse sentido, vagabundo, também, é aquele que não produz, que não contribui para com a sociedade, que não possui um trabalho, seja formal ou informal.

[...] a pressão da estrutura social e econômica, ao determinar o ingresso do indivíduo nesta categoria, condiciona-o à formação de uma nova identidade: a de mendigo socialmente estigmatizado, e entendida como deteriorada, o que leva a não se sentir completamente humano [...]. (DI FLORA, 1987, p. 96).

Aos moradores em situação de rua são atribuídas representações capazes de enquadrá-lo em uma identidade subversiva, como "louco, vagabundo, suja, perigosa, 'coitadinha'" (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 51), de forma que se cristaliza com tanta intensidade que a "metamorfose da identidade" (CORRÊA, 2009, p. 81) parece sem força incapaz de transformar, mudar ou parece até re-afirmar uma identidade que é imposta sem a possibilidade de reflexão. Uma vez pressuposta, vai sendo assumida e permanentemente "re-posta" na totalidade da experiência sensível (LEAL, 2008).

Diversos estudos e os próprios depoimentos de pessoas em situação de rua apontam que há uma apropriação das representações sociais a elas atribuídas e, através delas, dão sentido às suas identidades e às condições sociais a que estão submetidas. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 52).

Assim, a "re-posição" ininterrupta da identidade objetivamente atribuída, ou seja, alienação de sua identidade pessoal e social (BOCK, 2001, p. 215), pode cercar a liberdade individual. Essa condição faz com que adentre em um círculo vicioso da "crise do ator-sem-personagem" (MATTOS e FERREIRA, 2004, p. 54).

Ciampa (1993, p. 165) afirma que esta condição pode ser entendida baseando-se no que se denomina como sendo uma “mesmice de si imposta”. Esse processo contradiz a própria natureza do homem, ou seja, autotransformar e transformar sua história numa dialética ininterrupta, mas por intervenção de forças externas e dos processos sociais. Sua identidade torna-se cristalizada.

Essa “mesmice” é a repetição de um personagem, uma representação, criada por outros e “responsável por forjar uma identidade a-política, apontando a questão da falta de uma identidade coletiva” (SILVA, 2008, p. 89). O indivíduo é levado a reproduzir uma identidade involuntariamente por força dos processos sociais que o tem como negação da sua humanidade, e é veiculada a partir de interesses que fogem do seu controle.

4 DA PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA À INSEGURANÇA PSICOLÓGICA

Este esfacelamento da identidade associada à extrema falta de recursos econômicos, materiais e sociais faz-nos entender o risco psicossocial em que a população de rua está exposta.

Quanto maior a precariedade desses recursos, maior a desorganização social. Maior também a insegurança psicológica e, em consequência, a probabilidade e o risco de se produzirem transtornos mentais, podendo-se, a partir dessas considerações, fazer uma ampliação desse conceito, caracterizando uma vulnerabilidade psicossocial, estando presente tanto uma dimensão social, como também uma dimensão psíquica. Essas dimensões da vulnerabilidade social são bem presentes e facilmente identificáveis em moradores de rua [...]. (ESMERALDO FILHO, 2006, p. 20).

A insegurança, muitas vezes compreendida como sentimento despertado em situações conflitantes que podem proporcionar impulso à resposta do indivíduo. Esmeraldo Filho (2006) a coloca como um estado de vulnerabilidade, ausência de segurança, *in-segurança* psíquica ou psicossocial. Diante da falta de recursos necessários para o equilíbrio psicossocial, o sujeito se torna indefeso.

Oliveira, Biuar e Muraski (2008) encontraram na cidade de Curitiba o percentual de 62,74% de indivíduos com algum transtorno, sendo destes, 44% mulheres. Se somarmos a estes números os indivíduos que apresenta algum transtorno devido ao uso excessivo de álcool, pode-se chegar a 74,60%. Isto nos dá um número muito alto comparado ao resto da população onde “os números do Ministério da Saúde mostram que cerca de 20% da população do Brasil necessitaria de algum cuidado em saúde

mental” (FARINHA e DENIPOTTI, 2012, p. 91).

Em Belo Horizonte, foi realizada pesquisa sobre sintomas de depressão na população em situação de rua (BOTTI et al., 2010). Seus resultados apontaram que 56,3% das pessoas pesquisadas apresentavam indícios de depressão. Dessa parcela, 24,5% indicaram grau moderado e 4,9% apresentavam sintomas graves. Em Juiz de Fora, identificou-se alta taxa de indícios de esquizofrenia entre moradores de rua, 9,6%, número proporcionalmente superior à população geral brasileira [...]. (HECKERT e SILVA, 2002 APUD BORYSOW e FURTADO, 2013, p. 38).

Estes dados revelam o nível de vulnerabilidade desta parte da população. Mais da metade da população estudada apresenta a necessidade de atenção psicológica e/ou psiquiátrica. Isso nos faz pensar o quanto esta população é visível (ou invisível) para o poder público.

Os números de moradores de rua que apresentam algum transtorno mental variam de região para região, sendo necessário que se avalie as especificidades de cada realidade e como estas oferecem riscos à sua saúde. Nesse sentido, chamamos atenção para as contribuições de Esmeraldo Filho (2006) ao ampliar o conceito de risco de transtorno mental para Risco Psicossocial, devido que as causas sejam tanto sociais quanto psíquicas e também as consequências. De forma geral, encontramos uma parcela da população que necessita de atenção especial, constituindo-se, também, um problema de saúde pública.

Situando a identidade nas relações de poder, é necessário introduzir a ética e a cidadania nas discussões, apresentando a identidade como categoria estratégica nas relações de poder (SAWAIA, 2001). Visto que a identidade, como conceito político, esta relacionada ao processo de inserção social, e mais pragmaticamente no cotidiano das sociedades complexas (SAWAIA, 2001), o anseio por ela, seja para criar, reforçar ou mesmo negá-la é uma dimensão do “[...] confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios” (SAWAIA, 2001. p. 124).

Não é possível negar que esta relação, também, resulta da dialética entre o processo de exclusão/inclusão e a construção, ou melhor, imposição de uma identidade subjugada. Negação de direito e afirmação de privilégios fazem parte da lógica do capital, instituindo-se discursos de inclusão e preservação de direitos. Em uma sociedade que o discurso de igualdade está cada vez mais presente, a prática esta em dissonância com o discurso. Os privilégios são cada vez mais reafirmados e os direitos, daqueles que quase já não os tem, são cada vez mais cerceados.

4 INCLUSÃO/EXCLUSÃO/INCLUSÃO

Não é possível olhar para a exclusão como um processo simples, unidimensional, mas considerá-lo um fenômeno com muitas faces e diversas dimensões como a política, dimensões materiais, caráter relacional e, não menos importante, a dimensão subjetiva (SAWAIA, 2001). É um processo que envolve o sujeito e suas relações com o mundo, tornando este um produto do próprio sistema, resultado dialético da própria forma como é incluso socialmente (SAWAIA, 2001).

Considerando isto podemos observar que neste fenômeno,

Os mendigos, pedintes, vagabundos, marginais povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados que atravessaram séculos. Porém, é mais precisamente a partir dos anos 90 que uma nova noção - a de exclusão - vai protagonizar o debate intelectual e político. (SAWAIA, 2001, p. 17)

Estes foram, e são excluídos e incluídos dos direitos de cidadania, mas isso ocorre sem que a ordem e a harmonia social sejam prejudicadas (SAWAIA, 2001). Isso faz com que essa dialética seja assumida pelo conjunto da sociedade como "natural" e que deve continuar a acontecer, pois muitas vezes esta dinâmica parece ser benéfica, já que a exclusão esta intimamente ligada à inclusão, praticamente, em alguns momentos, confundindo-se.

Para Guhur (2003, p. 40):

A ideia de inclusão carrega em si ambiguidades (mas não imprecisão), em virtude da complexidade e contraditoriedade do próprio fenômeno que enuncia, podendo significar diferentes experiências e realidades sociais, a depender da forma como se encontram articuladas suas múltiplas dimensões.

Mesmo que ao senso comum a exclusão seja oposta à inclusão, não é possível pensá-las separadamente, pensar uma implica necessariamente vislumbrar a outra, afirma Salomoni (2009). Considera-se a exclusão dependente da inclusão, onde uma só é capaz de existir em relação com a outra devido à objetivação que ambas se concedem (SALOMONI, 2009).

Na verdade, ninguém se constitui plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento e da possibilidade de sua reversão. Por consequência, seu

exame envolve o significado que tem para o sujeito ou sujeitos que vivenciam uma relação de exclusão/inclusão. (SALOMONI, 2009, p. 29).

Desta feita a inclusão e a exclusão não se apresentam diferentes, mesmo que sejam consideradas opostas e deslocadas para fora do social, o que torna o movimento ilusório e apresenta ideias inadequadas, provocam, na Dialética Inclusão/Exclusão, rejeição e medo (SALOMONI, 2009).

Dispondo a inclusão frente à exclusão percebemos que existe uma equivalência, ambas têm a mesma relevância e o mesmo valor na dinâmica desta dialética. A inclusão e a exclusão social não se apresentam diferentes entre si. No senso comum, entretanto, eles são considerados opostos e é deslocada a existência para fora do social, o que é uma ilusão e expressa ideias inadequadas que provocam, na relação inclusão/exclusão social, o medo e a rejeição.

Nesta ótica podemos perceber que a dialética em questão é ampla e complexão que esta intimamente ligada à cidadania e aos direitos que o sujeito/grupo tem ou são privados. Direito de “[...] participar da sociedade e usufruir dos direitos sociais considerados essenciais, como o conforto urbano, que inclui direitos espaciais, culturais, sociais e econômicos” (SALOMONI, 2009, p. 29).

Podemos perceber que estes direitos são severamente cerceados, quanto mais a identidade de marginal, mendigo, preguiçosos etc., é reposta, mas estes direitos são, também, excluídos da possibilidade destes sujeitos e estes, por assumirem esta identidade, ignoram e não buscam os recursos que lhes são de direito.

5 UM ESFORÇO PARA INCLUIR: ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA PASTORAL DE RUA DE BELO HORIZONTE

É notório que tratar a população em situação de rua como um problema atrelado apenas a uma esfera social que precisa ser “ajudada” não soluciona o problema, no entanto devemos reintegrá-los à sociedade (GHIRARDI, 2005), restituindo seus direitos de cidadão, importando-se com o modo como esses concebem sua própria vivência e o que querem.

Freitas (2009) aponta a década de 1970 como momento histórico onde surgem os canais de reivindicação organizados para a população em meio à ditadura civil-militar, entre outras Freitas (2009) cita as pastorais do operário, do menor e da mulher, vemos nestes dados uma semelhança com a comunidade dos moradores de rua, que tem sua voz, ao menos em alguns estados e para fazer referência a uma experiência bem sucedida citamos Belo Horizonte, na Pastoral de Rua⁴. E para acentuar esta experiência bem

4. A Pastoral de Rua, organismo ligado a Igreja Católica, é uma equipe de leigos e religiosos, sensibilizados

sucedida que facilmente pode-se tomar como exemplo para um plano de ação, basta dizer que em Belo Horizonte a população de rua e ex-moradores juntamente com catadores de recicláveis estão organizados em uma cooperativa.

[...] O catador que antes dormia na rua (porque não tinha local para armazenar o fruto do seu trabalho de coleta) e era caracterizado como morador de rua passa, assim, a ser um "trabalhador na rua". Isto contribuiu para a autoestima destes trabalhadores à medida que os mesmos passaram a ser identificados como agentes da coleta seletiva. (DIAS, 2006 p. 81).

A representação de realidade que a citação de Dias (2006) traz, levanta uma inquietação, e conduz a perceber, que mesmo com os mais diversos desafios, é possível, a partir de um processo de esclarecimento e de reconstrução da nova identidade, individualidade e valores pessoais, transformar uma comunidade alienada e excluída em uma comunidade participativa e independente, liberta e transformadora dos fatores sociais e pessoais.

A Pastoral de Rua de Belo Horizonte traz em seu histórico a criação da ASMARE⁵ em 1990, como resultado de processos "mobilizatórios", como atos públicos, ocupações de espaços públicos para triagem dos recicláveis coletados, de reivindicações feitas a Câmara de Vereadores, afirma Dias (2006).

Dias (2006) traz à memória dos catadores presentes no histórico da ASMARE, memórias da ação da Pastoral:

[...] O catador Márcio José, recorda: 'há dez anos atrás, antes de conhecer a Pastoral, na rua, naquele tempo, a gente não tinha segurança nenhuma. Eles nos viam como marginais'. Dona Geralda confirma: 'a Pastoral de Rua foi quem primeiro enxergou o catador de papel'. (DIAS, 2006, p. 78).

Nas falas de Márcio e Dona Geralda, que viveram e sobreviveram nas ruas de Belo Horizonte, pode-se identificar o quanto estas intervenções são importantes. Aqui percebemos um processo de resignificação da identidade Social destes sujeitos, Márcio quando afirma que antes da intervenção eles não tinham segurança e que eram vistos como marginais, corrobora com este tipo de atuação e sua importância num processo de re-construção de uma identidade mais humana, mais filiada ao todo da sociedade.

com o sofrimento das pessoas que moram nas ruas ou delas sobrevivem. A Pastoral se coloca ao lado dessas pessoas e "escuta" seus "clamores". (Vicariato Episcopal para Ação Católica e Política).

5. Associação dos catadores de papel, papelão e material reciclável.

O mesmo viés pode-se verificar na Fala de Dona Geralda, que percebeu nesta atuação um processo de visibilização de sua existência, o que antes era lhe imposto uma invisibilidade, agora ela consegue ser vista, percebe que é enxergada.

Dias (2006), também, ressalta que em meio a festas, celebrações e jogos vai sendo trabalhado pela Pastoral com os catadores, questões como a percepção das potencialidades individuais, identidade de trabalhador, diferenciação entre trabalho, rua e casa, sem deixar de conscientizá-los sobre a exploração do seu trabalho pelos intermediários. Procurou-se desenvolver, também, a consciência do valor ecológico do seu trabalho e, sobretudo os vínculos de confiança e solidariedade entre eles e de forma especial a noção de cidadania que eles tinham perdidos ou simplesmente não tiveram a oportunidade de desenvolver.

Dias (2006) relata que no período de 1979-1992 os documentos institucionais traziam as expressões “Perigo”, “ação criminosa”, “sujeira”, “atrapalha a limpeza”, “ação predatória”, “mendigos”, relacionado à população em situação de rua que vivia de recicláveis. “Confundidos com o lixo pela população e pelo poder público, os catadores acabavam por internalizar as representações sociais presentes na sociedade [...]” (DIAS, 2006 p. 67).

A proposta da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, foi que seria possível trabalhar com os recicláveis sem ter que reafirmar a condição de mendigo. Que poderia organizar esta coleta e lutar por reconhecimento e direitos tanto em relação ao poder público como também da população (DIAS, 2006).

Observou-se que estas iniciativas despertou vontade política para uma gestão de proporção democrática, como também novos atores e novos papéis por parte dos catadores, onde os agentes da Pastoral de Rua teve um papel significativo que nos mostra a importância de lideranças comprometidas com a reconstrução de cidadania, direitos e com isso conseguindo implementação de políticas públicas capaz de promover uma verdadeira construção da identidade social, coletiva e politizada.

Todo esse movimento faz parte de um desenvolvimento que tem como momento importante a década de 1970 se despertou a atenção para os grupos menos favorecidos, empobrecidos e marginalizados, como afirma Freitas (2009), e a Psicologia rapidamente soube aderir a esta discussão, de forma especial na América Latina, com a influência da Psicologia Política ou da Libertação de Martinho Baró entre outros (BOCK, 2007).

Já a dialética Exclusão/Inclusão mais recentemente tem sido objeto de reflexão, é “[...] a partir dos anos 1990 que uma nova noção – a de exclusão – vai protagonizar o debate intelectual e político” (WANDERLEI APUD SAWAIA, 2001, p. 16), e isso sem dúvida marca um grande momento que nos abre os olhos para a discussão. Embora

a discussão em torno da população de rua ser algo muito presente em diversos ambientes acadêmicos e científicos, um marco desta discussão foi o Seminário Nacional População em Situação de Rua, ocorrido em São Paulo, em 2008, que teve como organizadores Valêncio e Cordeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As operações de incluir ou excluir estarão sempre marcadas pela produção de identidade e diferença. Dizer o que nós somos implica em dizer o que nós não somos, dizer a que pertence é também dizer a que não pertence. O próprio processo de identificar é demarcar fronteiras, definir que fica dentro e fora, uma afirmação relacional de poder, possibilitando dividir o mundo social em oposições binárias: branco/negro, pobre/rico, ladrão/honesto, mendigo/trabalhador e assim por diante.

Assim, é desafiante compreender as propostas de construção de caminhos de afirmação de identidades positivas para a população em situação de rua, também dotados de direitos de cidadania e humanidade, e não somente alvo de ações assistencialistas. Visto que o processo dialético da exclusão/inclusão é algo complexo e contínuo, é sempre possível minimizar os danos que o sujeito pode sofrer, ainda porque compreendemos que em muitos processos de exclusão existe por trás uma inclusão perversa, ou o inverso, num processo de inclusão, também, pode existir uma tirânica exclusão disfarçada e quase imperceptível. Por isso toda intervenção junto a esta parcela da sociedade necessariamente deve ser acompanhada de consciência política, humana, valores individuais e coletivos.

A cristalização que a identidade desta parte de nossa população sofre, e as representações marginais que lhes são impostas, podem ser rompidas ou ao menos resignificadas. E as representações sociais do restante da população, que padecem hoje de uma forte alienação, podem passar por um concreto processo de reconstrução-resignificação que nos levaria a um comprometimento transformador. Sem esse processo, toda e qualquer intervenção que possa ser feita será mais uma forma de inclusão-excludente.

Ao mesmo tempo, é preciso verificar se as intervenções visam de fato a inclusão, almejando dar voz e visibilidade a esta população, assegurando seus direitos sociais, políticos e humanos. Torna-se relevante a percepção desses sujeitos excluídos/incluídos como portadores de historicidades e demandas sociais, repletos de potenciais que precisam ser redescobertos e posta em voga.

A identidade social desta parte da população vem sendo imposta constantemente e sem escrúpulos pelo restante de nossa sociedade, em um processo dialético em que a população em situação de rua torna-se produto da própria sociedade, que forçadamente os exclui mesmo quando tenta incluir. Visto que a dialética da Exclu-

são/Inclusão é algo dinâmico e complexo. Da mesma forma a Identidade Social, que tantas vezes é multifacetada.

Os sistemas de poder que a sociedade, com muita rigidez, preserva e impõe, com valores e diferenças pra excluir-incluindo, para garantir seus status mesmo que para isso outro grupo seja subjulgado e colocado à margem. Este fenômeno é facilmente identificado junto à população em situação de rua, visto que a imposição de uma identidade forçadamente pré-suposta e imposta garante deixar bem claro a diferença que o restante da população precisa impor para que desta forma não sejam identificados com os “mendigos”, “marginais” e “usuários de drogas”, que segundo as representações produzem sobre a identidade da população em situação de rua um status de inferioridade em relação aos demais.

Considerando a discussão aberta e o campo de atuação extenso e ainda pouco explorado, deter-se sobre ele irá colaborar, sobretudo, para a formação de futuros psicólogos e cientistas sociais nas suas diversas áreas, lhes proporcionando um olhar mais crítico e mais sensível para as questões sociais, e de forma mais significativa, aos grupos ou indivíduos menos favorecido, marginalizados, empobrecidos.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. M.; FERREIRA, M. R.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Silvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. **Revista Psicol. Soc.** [online], v.19, n.spe2, 2007. p.46-56. ISSN 1807-0310. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>>. Acesso em: 7 out. 2012.

BOCK, A. M. M.; FURTADO O. ; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORYSOW, I. C., FURTADO, J. P., Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **PHYSIS**, v.23, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2014.

CIAMPA, A. C.. **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORÊA, J. k. , O psicólogo de instituição sócio-educativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua**. São Paulo: Ufscar, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>> Acesso em: 5 out. 2012.

COSTA, D. DL. R., Vidas de rua em jogo Políticas Públicas, Segurança e Gestão da População de Rua em São Paulo. **Anais Seminário Nacional População em Situação**

de Rua. São Paulo: Ufscar, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2012.

DIAS, S. M., Coleta Seletiva E. Inserção Cidadã. A Parceria Poder Público/Asmare. In: JACOBI, P. **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos: Inovação com Inclusão Social.** São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: <http://www.inclusivecities.org/wp-content/uploads/2012/07/Dias_Jacobi_COLETA_SELETIVA_Asmare.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

DI FLORA, M. C. **Mendigo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

ESMERALDO FILHO, C. E. **Saúde Mental e (Ex)-Moradores de Rua: um estudo a partir do valor pessoal e do poder pessoal.** Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades Departamento de Psicologia. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/161.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

FARINHA, M. G.; DENIPOTTI, A. P. **Exercício de implantação da reforma psiquiátrica em um município do interior paulista.** Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702012000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2012.

FREITAS, M. F. Q. , **Psicologia da comunidade e Psicologia (Social) Comunitária.** Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90 no Brasil. Cachoeirinha: abril, 2010. Disponível em: <http://dc231.4shared.com/doc/4UcIEQ1J/preview.html>. Acesso em: 5 out. 2010.

GHIRARDI, M. I. G., Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2012.

GOES, S. O. de. Violência como herança da exclusão social: Crianças e adolescentes em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2010.

GRILLO. A. P. Incoerência e fracasso: estudo de caso sobre a inserção precária de um morador de rua na cidade de Juiz de Fora/ MG. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 28 out. 2010.

KANO, M. Y; et al. A experiência da casa resgate vida no processo na construção do ressignificado do ser e pertencer de moradores em situação de rua. **Anais Seminário**

Nacional População em Situação de Rua. São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2014.

LEAL, D.. **A Constituição da Identidade de uma Aluna com deficiência Visual: Um estudo sobre o processo de inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2012.

MATTOS, R. M. , FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 dez. 2014.

MATTOS, R. M. ; CASTANHO, M. I. S. ; FERREIRA R. F. **Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade:** uma leitura a autobiografia de esmeralda. Ria de Janeiro: UERJ, 2003. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7782>>. Acesso em: 27 maio 2014.

MELO, H. de. A. G.; BLOEMER, N. M. S. População de rua: um estudo sobre a condição e os significados da vida na rua no município de Balneário Camboriú (SC). **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 28 out. 2014.

MENDONÇA, G. C. **Sentidos objetivos de moradores de rua frente ao futuro,** Campinas: PUC, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em: 5 out. 2012.

OLIVEIRA, C. S.; BUIAR, E. R. S.; MURASKI, R. C. Centro de acolhimento e atendimento mais viver: o desafio de uma nova abordagem para os moradores de rua adultos em Curitiba. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2014.

OLIVEIRA, L. T. de. A (re)construção da identidade social da população em situação de rua da cidade de Marília. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2014.

PEREIRA, A. A., Proposta de modelo de atenção à saúde para a população em situação de rua. Curso de especialização em promoção da saúde e desenvolvimento social / FIOCRUZ, dez. 2008. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua.** São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2014.

SALOMONI, S. M.. **Moradores do Universo**: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programas de melhoramento urbano. 2009. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza. Fortaleza: UNIFOR, 2009.

SILVA, R.C. ; SIMON, C. P. **Sobre a diversidade de sentidos de comunidade**. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2008.

SILVA, T. da.; HALL. S.; MOODWARD. K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TINOCO, R. **História de Vida**: um método qualitativo de investigação. **Mimeo**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt>>. Acesso em: 27 maio 2014.

VALENCIO, N. E L. S.; CORDEIRO, A. A. Desterritorialização e Desfiliação Social: uma reflexão sociológica sobre ações públicas junto à população em situação de rua. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua**. São Paulo: Ufscar, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73260009/Anais-Do-Seminario-1>>. Acesso em: 5 out. 2014.

VICARIATO Episcopal para ação católica e política. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.arquidiocesebh.org.br/>>. Acesso em: 27 maio 2014.

WACHELKE, J. F. R. O vácuo não contexto das representações sociais: uma representação social da loucura. **Estud. psicol.**, v.10, n.2, 2005, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200019>>. Acesso em: 7 out. 2014.

Data do recebimento: 24 de Fervreiro de 2015

Data da avaliação: 25 de Fervreiro de 2015

Data de aceite: 26 de Fervreiro de 2015

1 Acadêmico do curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes. Contato: thiago.elesia@gmail.com
2 Historiador, doutorando em História na linha de Cultura e Memória da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É docente no curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.
Contato: marce_goes@hotmail.com